

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE

**ANEXO I – Recorte do Parecer Técnico, específico para o Programa de
Compensação à Atividade Pesqueira, referente a Análise de
Requerimento de Licença de Instalação sem Solicitação de
Complementações Nº 14356024/2022-COMAR/CGMAC/DILIC**

(2020 e 2021), bem como deve apresentar o uso da aleatoriedade para o levantamento dos dados, de forma a obter dados mais fiéis a realidade.

Por fim, para esse programa, é necessário avaliar o próximo período de monitoramento em relação a série histórica e considerando o período de pandemia ocasionada pelo vírus covid.

Considerando o momento de pós-dragagem e, considerando que as ações derrocagem não foram finalizadas, recomenda-se que esta condicionante permaneça na referida LI caso ocorra sua renovação, mantendo-se o monitoramento deste programa tanto no processo de Dragagem de aprofundamento do Porto Organizado de Paranaguá e Antonina como no âmbito da condicionante 2.10 da LO 1173/2013 deste mesmo Porto.

Condicionante em atendimento

2.11. Executar Programa de Compensação a Atividade Pesqueira

A análise dos resultados obtidos nos anos de 2020 e 2021, relativo aos relatórios de monitoramento 11º e 12º, foi realizada no Parecer Técnico nº 151/2022-Comar/CGMac/Dilic (SEI 13432853). Ficou entendido que, até o momento, as ações deste programa se referem a reforma ou construção de novos trapiches das comunidades da AID. Essa ação decorre desde o ano de 2016 e, atualmente encontra-se em fase de finalização os trapiches das comunidades de Paranaguá e Antonina: Ilha do Mel, Ilha dos Valadares, Rocio, Ponta da Pita e Portinho. Em fase inicial do projeto as demais comunidades Amparo, Eufrásia, Europinha, Piaçaguera, Ilha do Teixeira e Vila Maciel e das comunidades de Pontal do Paraná.

Entende-se que a ação está em andamento, mas está se estendendo para sua finalização em função do licenciamento desses trapiches estar ocorrendo do Estado. O empreendedor deverá buscar celeridade a essa ação de compensação ambiental.

Em paralelo a ação de compensação dos trapiches e, em decorrência dos impactos gerados pela dragagem de aprofundamento e derrocagem, até sua finalização, e posteriormente, em decorrência da dragagem de manutenção da nova estrutura do canal de navegação, torna-se pertinente a continuidade do programa. Para a continuidade do programa, novas orientações serão aqui expostas para serem executadas pelo empreendedor, tanto no âmbito do processo de Dragagem de Aprofundamento do Canal e Bacia de Evolução como no processo de Operação do Porto Organizado de Paranaguá.

Tendo como norte as orientações da Nota Técnica 03º 3/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14180796) e, considerando que o PCAP é o conjunto de procedimentos metodológicos que culminam na elaboração, no financiamento e na execução de projetos compensatórios, de caráter coletivo, por parte do empreendedor, este deverá ser composto por um ou mais projetos direcionados para o conjunto de comunidades pesqueiras afetadas pelo empreendimento. É possível que duas ou mais comunidades optem por unir recursos em um mesmo projeto compartilhado. Assim, torna-se importante pontuar que o projeto compensatório é resultante de um processo de negociação entre os pescadores das comunidades afetadas e a empresa licenciada e pode ser composto por ações como: reformas de bens, aquisição de bens e serviços, cursos e/ou processos de regularização entre outras atividades possíveis a ser apresentada em anexo a este parecer. Entretanto, as ações deverão ser elegidas pelos próprios moradores da(s) comunidades afetadas através de um processo participativo.

Entretanto, para a elaboração do PCAP do Porto Organizado de Paranaguá, será preciso que, seja feito um trabalho prévio, de levantamento de dados. A primeira etapa consistirá em, considerando o território marinho da Área de Influência Indireta (municípios de Pontal do Paraná, Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaraqueçaba), identificar aquelas comunidades que se caracterizam como pesqueiras. Esse primeiro passo poderá se dar a partir de dados recém apresentados, conforme figura 5 (relativa a figura 1014 do EIA do Porto Guará, de 2022). Importante frisar que o levantamento não deve se ater, somente, as comunidades apresentadas na figura citada, mas partir dessas informações, uma vez que um maior quantitativo de comunidades pesqueiras na região poderá ser encontrado com esse novo levantamento.

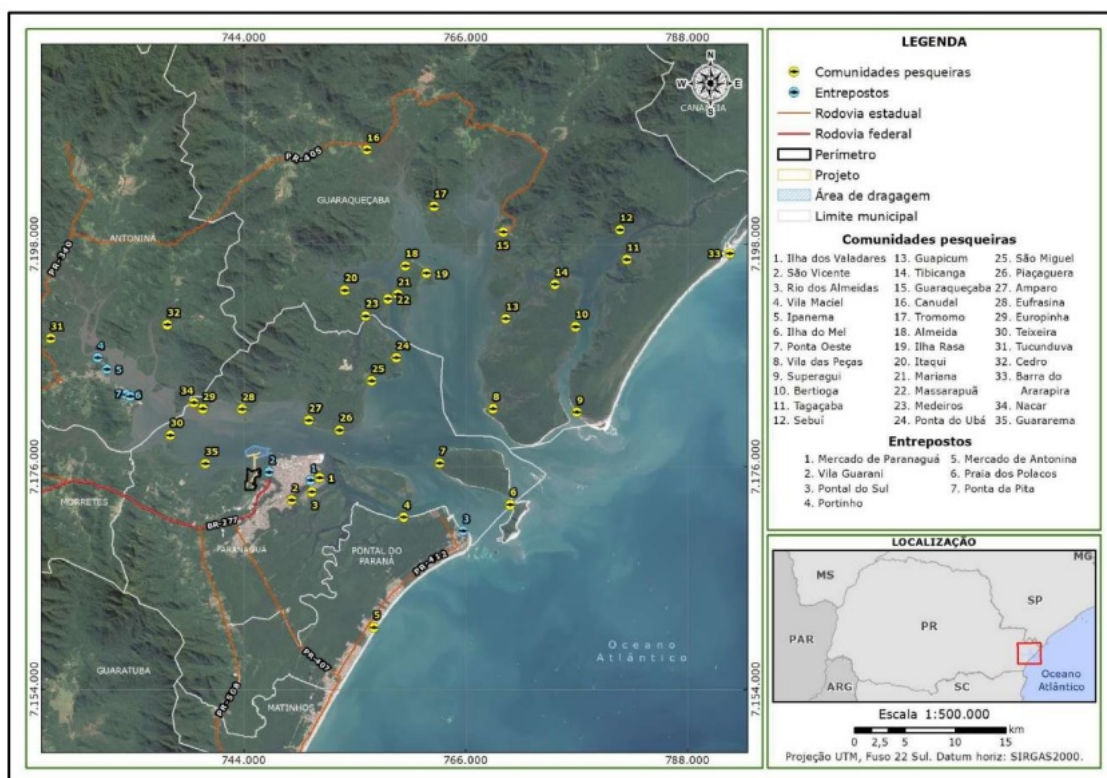


Figura 1014 - Localização das comunidades pesqueiras e entrepostos.

Figura 5- comunidades pesqueiras na Baía de Paranaguá, conforme levantamento realizado no ano de 2022 (referência EIA Porto Guará – 2ª versão, SEI 13193665).

A partir desse quantitativo de comunidades pesqueiras identificadas, será preciso fazer a segunda etapa de identificar a localização das áreas de pesca (os pesqueiros) dessas comunidades, buscando compreender se fazem parte da Área de Influência Direta do meio físico e biótico do Porto Organizado de Paranaguá, uma vez que deverá ser levado em conta os impactos das diferentes atividades portuárias sobre a atividade de pesca artesanal local.

A partir dessas duas etapas de levantamento, será preciso, então, realizar a terceira etapa, a avaliação. Essa deverá se dar com a análise da importância dos pesqueiros (a partir da frequência de uso) dentro da AID do meio biótico e do meio físico e para o conjunto de pescadores de determinada comunidade. Essa avaliação deverá ocorrer para todos os pontos de pesca encontrados dentro da AID mencionada. O uso do gráfico em buffer (s) com a representação da intensidade/importância de determinado ponto de pesca ou determinada área dentro da AID é recomendado para uma compreensão visual mais detalhada dos resultados encontrados.

A partir da execução dessas três etapas para o levantamento de dados, que se refere a uma atualização das comunidades de pescadores nas proximidades do canal de acesso ao Porto Organizado de Paranaguá, considerando a abrangência dos impactos do meio físico e biótico das diferentes atividades portuárias que ocorrem nessa área, será então determinada as comunidades pesqueiras a serem trabalhadas na continuação do PCAP. O empreendedor, ao final dessas etapas, deverá listar, a este Instituto, as comunidades que realizam pesca dentro da AID do meio biótico e físico da Dragagem de Aprofundamento.

Essa pré etapa do PCAP de levantamento deverá se dar no prazo máximo de 180 dias. E, antes da entrega anual do relatório consolidado dos programas ambientais do Porto Organizado de Paranaguá, será preciso que o empreendedor apresente os resultados encontrados desse levantamento de dados com a devida discussão. A partir da validação desses dados por esse Instituto, é que se dará início a etapa propriamente dita do PCAP.

Etapas para elaboração do PCAP (com base na Nt 03/2022 COEXP/CGMAC/DILIC).

A construção e execução do PCAP de modo participativo também se dará por etapas a serem descritas a seguir:

ETAPA PRÉVIA: se refere a **Estratégia de Mobilização**: Nesta, o empreendedor deverá apresentar a este Instituto os procedimentos que utilizaram para cada comunidade relativo à mobilização de grupos sociais que compõem determinada comunidade pesqueira. As ações de mobilização dos moradores locais compreendem no planejamento e na realização de visitas da equipe técnica às comunidades pesqueiras afetadas pelo empreendimento com os objetivos de estimular o amplo comparecimento de membros dessas comunidades nas oficinas a serem promovidas de forma a buscar a representatividade dos grupos sociais que participarão e deliberarão pelas tomadas de decisão.

1ª- ETAPA: se refere a **Oficina de Seleção de Demandas**: Esta oficina, deverá ser promovida pelo empreendedor para cada comunidade pesqueira contemplada no PCAP. Poderá ser realizada mais de uma oficina para determinada comunidade, se for preciso para atingir ao objetivo de, por decisão coletiva, selecionar e hierarquizar ao menos três demandas. Essas por sua vez, serão avaliadas* pelos consultores se poderão ter imediata execução no projeto ou se deverão passar por um Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE)**.

Nesta primeira (s) oficina (s) deverão ser previstos os seguintes pontos: apresentação do PCAP; apresentação da lista de demandas compensatórias; promoção do debate; intervalo; seleção de demandas compensatórias; avaliação rápida da empresa; apresentação da hierarquização das demandas compensatórias pela comunidade; detalhamento das demandas priorizadas; formação da Comissão de Acompanhamento (no mínimo, três membros da comunidade pesqueira para as funções de monitorar a execução do PCAP em sua comunidade e validar os dados do PCAP no relatório de monitoramento); e indicativo de data da Oficina de Definição do Projeto Compensatório.

2ª ETAPA: se refere a **Avaliação das demandas levantadas**:

*A avaliação rápida de viabilidade: se refere a uma análise preliminar, realizada durante Oficina de Seleção de Demandas, a partir da qual a empresa licenciada, considerando características da comunidade pesqueira e requisitos das demandas compensatórias selecionadas, declara se as demandas compensatórias selecionadas pelos pescadores locais seriam: i) possivelmente viáveis, qualificando-se para serem submetidas ao EVTE; ou ii) claramente inviáveis, apresentando as justificativas e conduzindo a substituição da(s) demanda (s) ou; iii) claramente viáveis dispensando a necessidade do EVTE e, tornado uma demanda hierarquizada, para o momento da Oficina de Definição de Projeto Compensatório (a ser comentado a seguir);

** Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE, a ser realizada pela consultoria, posterior a Oficina de Seleção de Demandas): se refere a uma análise simplificada para avaliação da viabilidade da execução das demandas selecionadas na Oficina de Seleção de Demandas, considerando alguns critérios como: detalhamentos básicos da demanda, prazos estabelecidos nesta Parecer, aporte financeiro requerido, cronograma estimado para execução da demanda, capacidade de manutenção ou gestão do bem recebido pela comunidade ou entidade entre outros fatores que forem julgados pertinentes para a execução da demanda. Lembrando que essa avaliação deverá ser apresentada, também, no relatório a ser entregue ao Ibama.

3ª ETAPA: seria a realização de uma segunda rodada de oficina (s), relativo a **Oficina de Definição de Projeto Compensatório**, a ser promovida pela empresa licenciada em que a(s) comunidade(s) pesqueira(s) contemplada(s) no PCAP, dispondo dos resultados do EVTE, define(m) coletivamente três projetos compensatório que beneficiarão a comunidade, em ordem de prioridade para serem executados;

Nesta etapa deverá ser previsto os seguintes pontos: apresentação do PCAP; apresentação resumida dos resultados da Oficina de Seleção de Demandas; apresentação resumida dos resultados do EVTE; debate; intervalo; definição do projeto compensatório; e repactuação da Comissão de Acompanhamento.

Sobre os critérios para aprovação dos projetos compensatórios: Ser objeto de decisão coletiva por parte de membros da comunidade pesqueira presentes em Oficina de Seleção de Demandas; não depender de operação e/ou manutenção recorrente por parte do poder público; estar de acordo com a Lista de Demandas Compensatórias ou justificativa para inclusão de nova demanda. Aqueles projetos dispensados de estudo de viabilidade técnica por parte da empresa licenciada, deverão ser aprovados pelo Ibama, anteriormente a sua execução.

4ª ETAPA: se refere a **Execução das demandas por ordem de classificação**: Importante frisar que, neste primeiro momento do PCAP, três demandas serão selecionadas pela comunidade e elencadas como ordem de prioridade para sua execução. Para a realização de todas as etapas mencionadas e para a execução da primeira demanda, o prazo determinado deverá se dar em 18 meses. Para a execução das outras duas demandas, o prazo deverá se dar em mais 12 meses.

No relatório de Monitoramento, será preciso que sejam apresentados todos os resultados encontrados assim como a comprovação das ações de mobilização e das oficinas/reuniões que ocorrerão ao longo do tempo. Adicionalmente, deverá ser apresentado a gestão dos projetos pelos moradores locais após a execução pela empresa licenciada. Qualquer divulgação de material relativo a este programa deverá apresentar, obrigatoriamente, a seguinte informação: "A realização do PCAP é uma medida de compensação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA";

Ressalta-se que o desenvolvimento do PCAP, incluindo a implantação dos projetos compensatórios, será de inteira responsabilidade da empresa licenciada, cabendo-lhe todos os ônus advindos da execução do referido plano; inclusive os de obter eventuais autorizações de órgãos públicos e de arcar com processos de regularização de entidades representativas responsáveis pelo recebimento de projetos compensatórios.

Após a execução das três demandas para cada comunidade e pela apresentação da gestão dos projetos pelos moradores locais, este PCAP poderá ser revisto a contento.

Considerando o momento de pós-dragagem e, considerando ações que as derrocagem não foram finalizadas, recomenda-se que esta condicionante permaneça na referida LI caso ocorra sua renovação, mantendo-se o monitoramento deste programa tanto no processo de Dragagem de aprofundamento do Porto Organizado de Paranaguá e Antonina como no âmbito da condicionante 2.10 da LO 1173/2013 deste mesmo Porto.

Condicionante em atendimento

2.12. Executar Programa de Comunicação Social.

A análise dos resultados obtidos nos anos de 2020 e 2021, relativo aos relatórios de monitoramento 11º e 12º, foi realizada no Parecer Técnico nº 151/2022-Comar/CGMac/Dilic (SEI 13432853). Em relação as ações de divulgação das atividades relacionadas às obras de Derrocagem Emergencial do Maciço Rochoso das Palanganas a ação se deu anteriormente ao início da derrocagem e durante o derrocamento (até final de 2021). Não foi reportado ação na fase pós-derrocagem, uma vez que não se tinha finalizado a atividade.

Foi mencionada a divulgação de datas, horas das ações de derrocagem bem como orientação sobre restrições de uso do entorno das rochas, controle e mitigação de impactos por meio de ações de encontros presenciais/visitas às comunidades, publicação em jornal impresso, canais de rádio e mídias sociais.

Considerando que a atividade de derrocamento, todavia não foi concluída, entende-se que essa condicionante deverá ser mantida quando houver a renovação da LI.

Condicionante em atendimento